

Área de marinha é revista

A16543

AGÊNCIA BRASIL

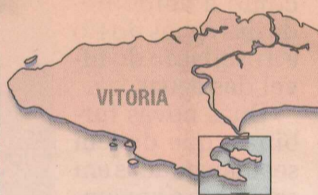
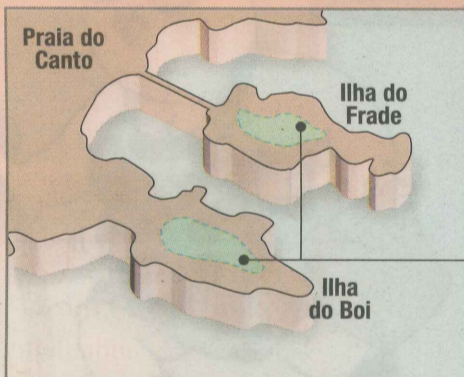


A emenda ainda será votada em segundo turno no Senado

Zota/Editoria de Arte

A MUDANÇA

De acordo com a Gerência Regional da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) algumas áreas de bairros de Vitória como, por exemplo, Ilha do Frade, Ilha do Boi, ficarão isentas da cobrança da taxa de marinha, caso seja aprovada em segundo turno a PEC 15/2004.



Nas ilhas do Frade e do Boi onde todos os imóveis (aproximadamente 600) pagam a taxa de marinha, caso a emenda seja aprovada será usado o mesmo critério que é utilizado no restante da capital: a cobrança será feita apenas nas áreas que estão no limite da Linha de Preamar Média (LPM), ou seja, estão distantes 33 metros do nível da maré cheia.

Para a gerência, a situação não muda para grande parte dos moradores dos outros bairros, pois eles já têm direito à isenção por terem renda menor que três salários mínimos (R\$ 780).

Fonte: Gerência Regional da Secretaria do Patrimônio da União (SPU)

A SPU espera a aprovação de uma medida que muda as regras para cobrança nas ilhas

A gerência regional da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) fará o levantamento das áreas beneficiadas com a Emenda Constitucional 15/2004, caso seja aprovada em segundo turno no Senado.

Atualmente, a União cobra taxa de marinha de 50 mil imóveis no Espírito Santo. Para a SPU, com a emenda, pequenas ilhas ao redor da capital, como é o caso das Ilhas do Frade e do Boi, pagarão o tributo pelo mesmo critério do restante do município: apenas os imóveis localizados a 33 metros da Linha da Preamar Média serão cobrados.

Segundo gerente regional da SPU, Edmar Fraga, esse é um trabalho que leva um certo tempo para ser feito. Até o momento, o órgão não tem uma posição oficial já que o projeto não passou pela votação do segundo turno.

“Ainda não está oficializado. Será determinado o que órgão central, em Brasília, orientar. Não há mudança na cobrança da taxa de marinha porque o inciso 7, do artigo 20, que estabelece os terrenos de marinha e acrescidos como bens da União não foi modificado”, explicou.

Fraga explicou que a repercussão com relação à taxa de marinha deixa uma preocupação com a possibilidade dos contribuintes deixarem de pagar o tributo e serem inscritos na dívida ativa.

“O contribuinte que não pagar o imposto por três anos seguidos ou quatro alternados marinha perde o aforamento, tem o CPF bloqueado, perde os talões de cheques. Queremos deixar claro que não há isenção de taxa de marinha”, ressaltou.

O vereador e presidente da Associação de Ocupantes e Foreiros do Espírito Santo, José Carlos Lyrio Rocha, concorda com a SPU, de que a PEC vai beneficiar alguns moradores das ilhas do Boi e do Frade.

“No início fiz uma previsão de 10 mil pessoas beneficiadas, mas depois de analisar o texto da emenda verifiquei que isso não é real”, explicou.

Lyrio ressaltou que esse é mesmo um passo para as mudanças com relação ao terrenos de marinha e incentiva que a luta continue, já que o assunto está no plenário do Congresso Nacional.

“Enquanto não mudar a legislação seremos vítimas dessa situação draconiana. Isso nos anima a continuar na luta. Agora precisamos que seja votada a PEC 40, do então senador Paulo Hartung, que repassa os terrenos de marinha para o município. Dessa maneira, vereadores, moradores e contribuintes poderiam contestar com mais facilidade a cobrança dessa taxa”, observou.

Deputado explica projeto

O autor da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 15/2004, deputado federal Edison Andrino (PMDB/SC), explicou que o objetivo do projeto é tirar da União a posse das ilhas que são capitais de estados, o que não têm ligação direta com a taxa de marinha.

“Não altera em nada com relação à cobrança, somente os imóveis que são da União nas ilhas continuarão de posse do governo federal, o que é do Estado continua na mão deles, dos municípios e particulares também. Estamos dando um passo de cada vez e esse é o primeiro para que possamos abrir a discussão sobre os terrenos de marinha. O senador Gerson Camata está certo quando diz que, com isso, estamos abrindo caminho para ações judiciais”, explicou.

Para o deputado, não é possível mais que a União seja dona de terrenos de marinha, mas não é fácil convencê-la que vai retirar seus imóveis de graça.

“De fato esses imóveis pertencem às pessoas que estão morando lá. Nesse momento estamos tor-

cendo para que essa lei passe no segundo turno do Senado. Por enquanto são os terrenos das ilhas. Depois disso poderemos ir mais longe nessa discussão e o texto pode até ser mudado no Judiciário. Por que não?” salientou.

Segundo Andrino, o texto inicial da PEC foi finalizado em consenso com a Câmara dos Deputados, Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Casa Civil e PT para que ninguém saísse perdendo.

“Em São Luiz, no Maranhão, existe cobrança de taxa de ocupação em toda a área da ilha e isso vai mudar com a PEC. Não é o caso de Florianópolis e Vitória. Apenas os verdadeiros donos dos terrenos poderão ter suas escrituras, financiar os imóveis, o que não era possível antes”, salientou.

De acordo com o deputado, os terrenos de marinha somente deixariam de ser da União se houvesse uma modificação no inciso VII do artigo 20 da Constituição, que declara esses imóveis e seus acrescidos como bens federais.

O QUE ELES DIZEM

“Caso a lei seja aprovada em segundo turno precisaremos fazer um levantamento de quais áreas serão beneficiadas. De imediato, sabemos que o miolo das ilhotas ligado às capitais terá isenção de taxa de marinha.

Ainda assim, o órgão central, em Brasília, orientará como deveremos seguir de acordo com a lei aprovada. Somente depois dessas orientações poderemos detalhar o assunto”.

Edmar Fraga, gerente regional da Secretaria do Patrimônio da União (SPU.)

“O texto está confuso e sabemos que o Judiciário deve contestar. Não voltamos com a PEC para a Câmara dos Deputados, pois demoraria mais dois anos para que o assunto, de grande importância, fosse resolvido.

Contudo, ainda não há quem seja beneficiado com a isenção de taxa, mas é o caminho para contestar na Justiça”.

Gerson Camata, senador.